

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL COM BASE NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 1995/96 E 2006

MELO, Danilo Souza *

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações materializadas no campo sul mato-grossense após os anos de 1990. Esse recorte temporal se explica, pois entendemos que o campo brasileiro, em especial, o sul mato-grossense, sofreu profundas modificações nesse período específico, onde, em razão, do ingresso e forma, de como se deu, este processo, no mercado internacional, a partir desta década, e, concomitantemente, com a agenda política, do executivo nacional, liberal e em consonância aos preceitos da “Nova Ordem Mundial” construiu e/ou consolidou uma economia pautada na agro-exportação de commodities e outros bens primários agrícolas em depreciação à agricultura camponesa. Assim, a capitalização do campo, tem se mostrado vigorosa e produzindo inúmeros efeitos, no qual será proposto, algumas análises e construções de perspectivas pautado no tema aqui abordado. Assim, no capítulo “Terra de trabalho *versus* Terra de negócio: O modo capitalista de produção e a resistência camponesa no campo sul mato-grossense”, nota-se, que fizemos uso da análise cunhada por MARTINS (1991) onde a terra possui destinos e formas de tratamento e uso diferentes, onde, neste trabalho, adaptaremos essa dualidade conceitual dentro dos conceitos de território e territorialidades. Nesse contexto, partiremos nossa discussão a partir de uma breve e cronológica história da formação territorial sul mato-grossense, sob o tema “Formação Territorial sul mato-grossense – da Colônia a constituição do Estado de Mato Grosso do Sul” com o intuito de compreender os territórios e territorialidades construídos até então.

Sendo assim, partiremos da premissa de que as idéias não são gestadas de forma neutra, logo a ciência, também, prática humana, está submetida a uma inegável atmosfera sócio-político-cultural (JAPIASSU, 1979), fazendo da ciência, uma ciência humana. Assim, nosso labor, não fugirá das linhas percorridas acima, estando nossa prática e pensar científico, engajados em paixões, construídas e condicionadas na cultura na qual estamos inseridos. Sendo assim, nos orientaremos nessa empreitada através da corrente filosófica dialética, onde,

* Aluno do Curso da UFMS/CPTL, bolsista de iniciação Científica CNPq – 2009/10
Danilosouza.geo@hotmail.com.

... a teoria não pode se constituir de modo isolado da prática porque é esta que fornece conteúdo para o pensar. A prática também não pode estar desvinculado de uma teoria, razão pela qual o acervo teórico de nosso trabalho depende da prática social (CAMPOS, 2001, p. 88 *apud* BOMBARDI, 2007, p. 329).

Pautados ainda na escola dialética faremos uso da cartografia como instrumento de representação das várias territorialidades inscritas no território (SOUZA & KATUTA, 2001), onde o mapa não é neutro (JOLY, 1985).

Nessa linha na tentativa de tornar o conteúdo claro e conciso, nos reportaremos a algumas discussões teóricas de conceitos geográficos para uma melhor compreensão do uso e conceituação do seu emprego nos termos e propostas aqui trabalhados. Assim,

... a criação de conceitos é uma forma de transformar o mundo; os conceitos são as ferramentas que emitem ao filósofo criar um mundo à sua maneira. Por outro lado, os conceitos podem ainda ser armas para a ação de outros, filósofos ou não, que dispõem deles para fazer a crítica do mundo, para instaurar outros mundos. (...) Que não se faça uma leitura idealista do conceito: não se trata de afirmar que é uma idéia (conceito) que funda a realidade; num sentido completamente outro, o conceito é imanente à realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível (...) o conceito é sempre um intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo (GALLO, 2003, p. 35-36 *apud* HAESBAERT, 2009, p. 98).

Assim, alicerçados em dois conceitos estruturais da Geografia, iniciamos nossa discussão entendendo haver uma separação ontológica entre os conceitos espaço e território, havendo unidade entre os dois conceitos, onde um está no outro, porém não sendo estes sinônimos, sendo assim,

...o espaço [...] possui um presente que passa muito rápido, que já é passado, portanto, e possui um devir. Devir que além de ser começo é também seqüência, é sucessão e, portanto, movimento. Movimento do pretérito, do *ser* e do *vir-a-ser*, do concreto e do abstrato, das relações recíprocas que nos dão o *real*. Movimento do espaço no tempo e deste no espaço, em que o presente contém o passado, que se realiza no presente (SAQUET, 2003, p.22 *apud* SAQUET, 2009, p. 76).

Nessa linha, entendemos também que o espaço é palco preexistente ao território. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território (SAQUET, 2000 e 2005 *apud* SAQUET, 2009) onde,

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos autores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categoria obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Ainda para SAQUET (2003 *apud* SAQUET, 2009) o território é construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades, sendo o território produto de

ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. E estes processos são territorializados pelos agentes sociais envolvidos em cada relação espaço – tempo - território, de maneira (i)material.(SAQUET, 2009), sendo este, processo de territorialização, que gera as territorialidades e abarcam as mais complexas relações, nessa linha,

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Formação territorial sul mato-grossense: da colônia a constituição do estado de Mato Grosso do Sul.

Orientados nas diretrizes teóricas percorridas no capítulo anterior, partimos do reconhecimento precípua da atipicidade do processo de “ocupação” do espaço sul mato-grossense. Distinguindo-se da maioria das formas de “ocupação” concretizadas em território brasileiro, o estado de Mato Grosso do Sul, teve forte presença e iniciativa do Estado em sua formação, razão esta, por encontrar-se cravado na fronteira. As diferentes frentes de “ocupação”, pioneiras ou contemporâneas, se valeram das condições naturais proporcionadas pelo território sul mato-grossense, assim, tanto as vias fluviais, que viabilizavam, e viabilizam, a comunicação do Pantanal com países platinos, e também, com a região norte de Cuiabá, bem como, as facilidades de deslocamento, proporcionada pelos terrenos planos e vegetação rasteira, características do Bioma Cerrado, motivaram o fluxo de cuiabanos, mineiros, paulistas e gaúchos na “ocupação” e construção do território sul mato-grossense sobre o território tupi-guarani.

A territorialização via posse era prática corrente em terras sul mato-grossenses, e, em todo território brasileiro, porém, com a promulgação da “Lei de Terras”, de 1850, a aquisição da terra, no então, Império do Brasil, se dava apenas pela compra, sendo assim, não cabendo aqui aprofundar no tema, o instrumento legislativo fora mecanismo arquitetado pelas elites brasileiras, no intuito de limitar o acesso a terra e garantir mão de obra ao latifúndio monocultor-exportador, lembrando que o Império brasileiro sofria intensa pressão interna e principalmente externa, representada aqui, pelo Império Britânico e culminada pela lei adotada pelo Parlamento britânico conhecida como “Bill Aberdeen”, que autorizava os cruzadores ingleses a perseguir toda embarcação suspeita de traficar escravos em alto-mar, nas costas brasileiras, nos rios e portos. (SILVA, 2008, p. 130)

O curto período, chamado “Fase da Posse”, inaugurado desde 1820, com a revogação do sistema de Sesmarias, estava abolido. Porém a nova legislação só chegaria a província de Mato Grosso em 1858 com a criação da Repartição Especial das Terras Públicas, tendo o vigor da nova lei nestes rincões atrasado por alguns anos. Porém, no decorrer do presente trabalho, o leitor presenciará inúmeras passagens no processo de formação territorial sul mato-grossense onde a posse era prática corrente.

Podemos sintetizar a formação, do que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul, por três frentes de entrada, historicamente trabalhadas. A entrada via Pantanal, a entrada via Planalto e a entrada pelo Sul.

Mapa - Frentes de entrada Para o Mato Grosso do Sul



ESCALA 1:50 000 000

UFMS CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
Lab. De Estudos Regionais,
Digitalização e Edição: Danilo Souza Melo
Organização: Danilo Souza Melo, Ricardo Pattini Neto,
Base Cartográfica: Base de Informações Rio de Janeiro
: IBGE, 1998.
Três Lagoas, maio de 2010.

Nessa linha, a gênese do processo de ocupação sul mato-grossense se dá pela entrada via Pantanal. Em razão das características geográficas, cuja borda paraguaia esta oposta à área de inundações, sendo assim, era mais fácil adentrar pelo lado “espanhol”, e, lembrando que, se

encontrava em vigor o Tratado de Tordesilhas, na qual o Pantanal cabia aos domínios da coroa espanhola. Porém as facilidades oferecidas pela natureza e o instituto a seu lado, não foram aproveitados e/ou utilizados o território que compreende o Pantanal sul mato-grossense pela coroa espanhola, que dedicava e concentrava seus esforços, nas minas de metais preciosos, no que hoje compreende o México, a Bolívia e o Peru. Porém, expedições vinculadas a coroa portuguesa se fizeram presente na região, como as lideradas por Aleixo Garcia, Raposo Tavares e Luis Pedroso de Barros, nos séculos XVI e XVII. Utilizando-se do caminho fluvial São Paulo-Cuiabá, denominado *via das monções*, compreendia o curso, no sentido Sul – Norte, os rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari e afluentes, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Tratando-se de penosa viagem, não raro, estas expedições eram surpreendidas por nativos ao longo do percurso, onde a principal motivação destas expedições, era a captura e aprisionamento destes, e destinado ao mercado de escravo paulista. Bandeirantes como Antonio Raposo Tavares, Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral adentraram, nas primeiras décadas do século XVIII o espaço mato-grossense, descobrindo-se nestas incursões ouro na região que hoje compreende a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá,

Em 1722, o sorocabano Miguel Sutil, agricultor, mandou dois índios carijós a sua roça buscar mel, ficando surpreso quando os índios trouxeram em lugar de mel, pepitas de ouro. A notícia desse descobrimento se espalhou rapidamente por entre os moradores da “Forquilha”² que alvoraçados mudaram em 1723, para o local onde hoje se encontra a cidade de Cuiabá. (MENDONÇA, 1970, p.13)

Assim, no caminho das rotas monçoeiras surge o *varadouro de Camapuã*, ponto de transposição entre as micro-bacias do Taquari, ao norte, e do Pardo, ao sul. Era também posto de reabastecimento e descanso, constituindo uma das primeiras localidades a serem ocupadas no sul de Mato Grosso.

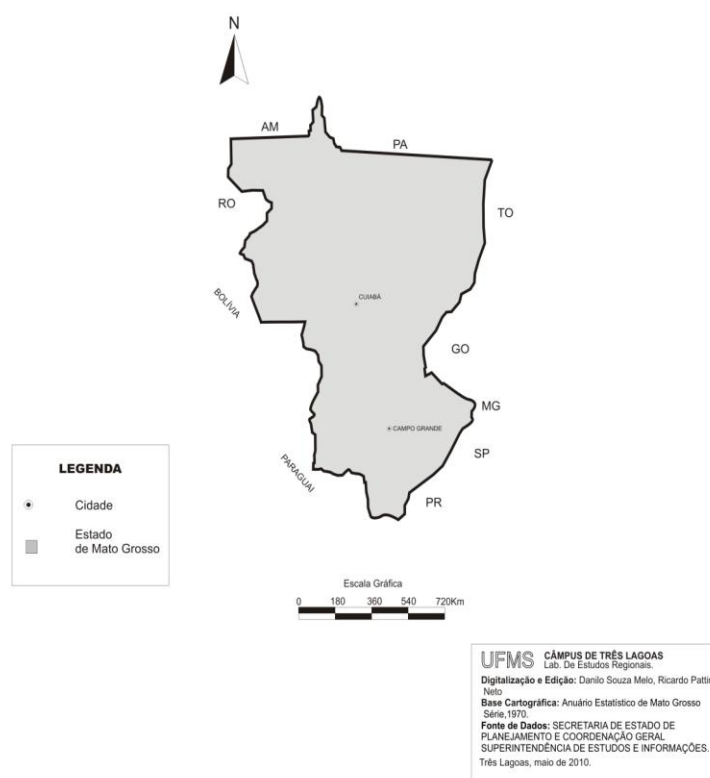
A resistência nativa frente ao invasor europeu crescia ao longo do trajeto monçoeiro, condições estas, que obrigou o arraial de Cuiabá a crescer sentido norte, voltando-se para Chapada, o que viabilizou novo caminho, agora terrestre, para São Paulo.

Em 1748, por Carta Régia, a coroa portuguesa ordena a separação de Mato Grosso da Capitania de São Paulo e com a chegada de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1772, na agora então capitania, mudam as estratégias de ocupação do espaço, optando-se pela criação de postos militares permanentes no curso do Rio Paraguai. Assim funda-se Coimbra em 1775, Albuquerque, atual Corumbá, Vila Bela, caminho para Cuiabá, em 1778 e mais tarde, Miranda, a mando do Capitão General Caetano Pinto de Miranda

² Considerada a primeira povoação do que compreende hoje o estado de Mato Grosso (MENDONÇA, 1970).

Montenegro. Estava assim, assegurado o território sul mato-grossense à coroa portuguesa, com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750 e logo após, com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, onde coroa portuguesa e espanhola entram em acordo sobre a fronteira da então Província de Mato Grosso do Sul e Paraguai, então pertencente ao Vice-Reino do Prata.

Mapa 01- Estado de Mato Grosso 1970.



Outro aspecto a ser mencionado no processo de territorialização da coroa portuguesa no espaço sul mato-grossense é o engessamento da resistência nativa. É nesse quadro que inaugura-se a introdução de empreendimentos agropastoris na região, a partir do

norte, porém, com a transferência do Comando Geral de Fronteiras e da Unidade do Exército, em 1853, além da abertura do tráfego fluvial com o Paraguai, através do Tratado de Comércio e Navegação, de 1856, se dá vigoroso impulso econômico, com incremento nas relações comerciais e novos investidores na economia pantaneira sul mato-grossense.

No sentido sul, vai se configurando a formação de grandes latifúndios, a partir da concessão de sesmarias pela coroa portuguesa. Sesmeiros como André Alves da Cunha, José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Souza e João Pereira Leite cunharam seus nomes no processo histórico e cultural concentrista do ordenamento fundiário sul mato-grossense.

A rota migratória via Pantanal entra em declínio com o início da Guerra do Paraguai e inúmeras posses, já consolidadas, são abandonadas e grandes rebanhos de gado *vacum* são abandonados nos extensos pastos naturais. Parte deste rebanho serviu como importante fonte de suprimento pelas tropas paraguaias e outra parte se espalharam e reproduziram de forma considerável pelos extensos campos nativos do Pantanal. Esse fato proporcionará um novo ciclo econômico na região, que irá marcar profundamente a construção da identidade do estado de Mato Grosso do Sul. Assim a pecuária se instala como opção econômica no pós-guerra e como opção da já decadente prática mineradora do norte. Com o fim do conflito e abertura do Porto de Cuiabá, em 1869, inicia-se nova fase econômica no território sul mato-grossense.

O retorno de fluxos migratórios para o que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul toma novo impulso e rumo. A entrada pelo planalto toma curso, e já nos fins do século XVIII iniciam fluxos migratórios via planalto. Pioneiros nesta entrada, interessante mencionar o monçoeiro paulista Antônio Pires de Campo, que em 1739 se estabelece na região nordeste de Mato Grosso do Sul onde hoje compreende o município de Paranaíba, considerada porta de entrada dos pecuaristas mineiros, que traziam consigo rebanhos de gado e escravo para estabelecer nos imensos campos naturais sul mato-grossense. Já no final do século XIX, a então, Sant'Anna do Paranaíba já era considerada o núcleo urbano mais populoso e dinâmico do sul de Mato Grosso, em razão da estratégica localização, encravada entre os limites do que hoje compreende os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tornando-se entreposto e passagem de rebanhos de várias localidades. Assim a fundação de Sant'Anna do Paranaíba era marco inicial da inserção da futura Província de Mato Grosso no mercado nacional.

Com a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil o planalto sul mato-grossense recebe grande fluxo migratório e alguns centros urbanos começam a surgir ou ganhar novos impulsos. A consolidação do estado para a vocação pecuária é consolidada e o mercado

especulativo da terra entra em cena, onde a elevação dos preços da terra ficará mais alto quanto mais próximo aos trilhos da ferrovia. Os projetos de colonização estatal e privados efetivam a ocupação da região do planalto sul mato-grossense, porém, ressalta FABRINI:

Nas áreas onde ocorreu a “colonização dirigida”, com a participação de colonizadoras particulares e oficiais, a concentração de terras não foi tão elevada. Mas, os loteamentos feitos por empresas colonizadoras, ou oficiais, ficaram em segundo plano no processo de apropriação das terras, em detrimento da venda de grandes áreas de terras devolutas feitas diretamente pelo Estado. (FABRINI, 2008, p.68)

Sendo assim, restando ainda, neste contexto de apropriação e dominação do território, a região sul, cuja existência de grande quantidade de rebanhos bovinos e a presença de extensas áreas, ambas consideradas desprovidas de propriedade, foram fortes atrativos para formação e/ou intensificação de levadas migratórias, providas principalmente da região sul do país e no reverso da “cuesta” da serra de Amambai, próxima aos limites com os Estados de São Paulo e Paraná, em áreas onde predominavam as florestas. (FABRINI, 2008)

Outro forte atrativo era as extensas áreas de ervais nativos, que formavam a paisagem no extremo sul do estado, e que, veio influenciar fortemente a construção sócio-espacial desta região do estado. Nesse contexto, destaca-se o monopólio de exploração da erva-mate pela Cia. Mate Laranjeira, em 1882, que

(...) desde o início a exploração dos ervais assume um caráter monopolista, até 1916, quando a Mate Laranjeira exercia seu domínio sobre uma área aproximadamente de 4 milhões de hectares. E foi monopolista na medida em que os moradores que viviam daquela atividade foram proibidos de exercê-la (BIANCHINI, 2000, p. 239).

Nessa linha a presença da companhia não permitiu o surgimento e/ou desenvolvimento da pequena propriedade rural e nem mesmo na integração destes, como mão de obra na coleta e beneficiamento da erva-mate, visto que esta era recrutada no Paraguai. Com o fim do arrendamento, em 1916, a empresa não se viu prejudicada, pois a empresa já tinha monopolizado todos os meandros do mercado da erva-mate, ficando os proprietários e posseiros subjugados aos interesses da grande empresa (FABRINI, 2008).

O predomínio e monopólio da Cia. Mate Laranjeira começa a ser corroído com a chegada de levadas de migrantes providos do sul do país, principalmente após o término da Revolução Federalista. Esses novos atores da construção espacial do sul de Mato Grosso do Sul introduzem, na maioria das vezes pela posse, a pecuária no cenário econômico da região e também viabilizam redes de comércio, ascendendo, alguns, socialmente, os chamados, fazendeiros comerciantes. (BITTAR, 1997)

E nesse contexto que a

...a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008, p. 54)

Com o fortalecimento econômico do sul de Mato Grosso, as elites sul mato-grossenses iniciam movimentos pró-divisão frente ao norte. Movimentos divisionistas já estavam sendo gestados no final do século XIX, com destaque a João Ferreira Mascarenhas, o “Jango Mascarenhas”. Esse movimento toma frente mais concreta com o apoio do sul de Mato Grosso à Revolução Constitucionalista Paulista e a criação, também em 1932, da Liga Sul-Mato-Grossense, que tinha como objetivo a divisão do estado de Mato Grosso, porém é só a partir do golpe de estado com os militares no poder que as propostas de divisão tomam curso, onde, embasados em estudos geopolíticos realizados pelo General Golbery do Couto e Silva, o presidente Ernesto Geisel assina a Lei da Divisão de Mato Grosso em 11 de outubro de 1977 (BITTAR, 2009). Porém a malha fundiária e seu destino sócio-econômico continuará pautado no grande latifúndio que a partir da década de setenta presencia o crescimento da produção de grãos e um processo acelerado da mecanização e modernização no campo sul mato-grossense. Assim, a construção e/ou imposição de um modelo agrícola alicerçado na agricultura exportadora se consolida em detrimento a policultura tradicional (AVELINO, 2008) onde nesta seara de associações se resulta uma das principais fontes de injustiças sociais (STÉDILE, 1997, p. 03).

***Terra de trabalho versus terra de negócio: o modo capitalista de produção e a resistência camponesa no campo sul mato-grossense*³.**

Balizado no capítulo anterior as mudanças no uso da terra nos campos sul mato-grossense tem sido gritantes, a retração de áreas de culturas tradicionais presentes na mesa do brasileiro tem apresentado expressiva retração com relação a culturas empresariais no Estado de Mato Grosso do Sul. Nessa linha para melhor aclarar o debate sistematizamos algumas culturas presente na mesa do brasileiro, como o arroz (gráfico nº 1), o feijão (gráfico nº 2),

³ A respeito da distinção “terra de trabalho e terra de negócio”, Martins (1991) escreve: “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro” (p. 55, grifo do autor).

mandioca (gráfico nº 3) e milho (gráfico nº 4), em contrapartida culturas empresariais como a soja (gráfico nº 5) e a cana-de-açúcar (gráfico nº 6).

Gráfico nº 1

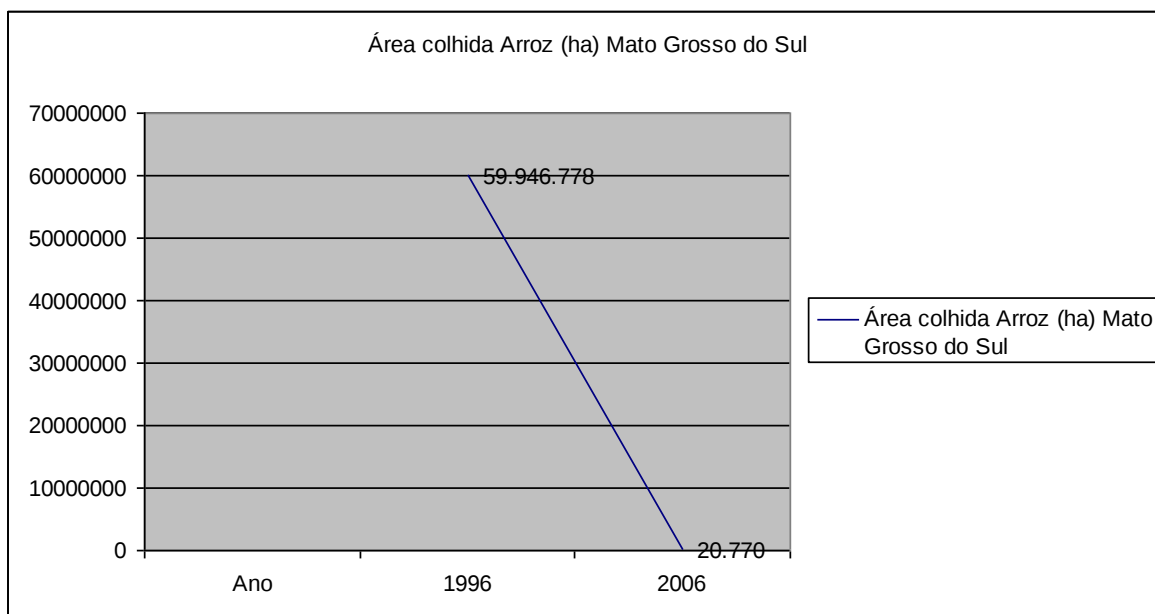


Gráfico nº 2

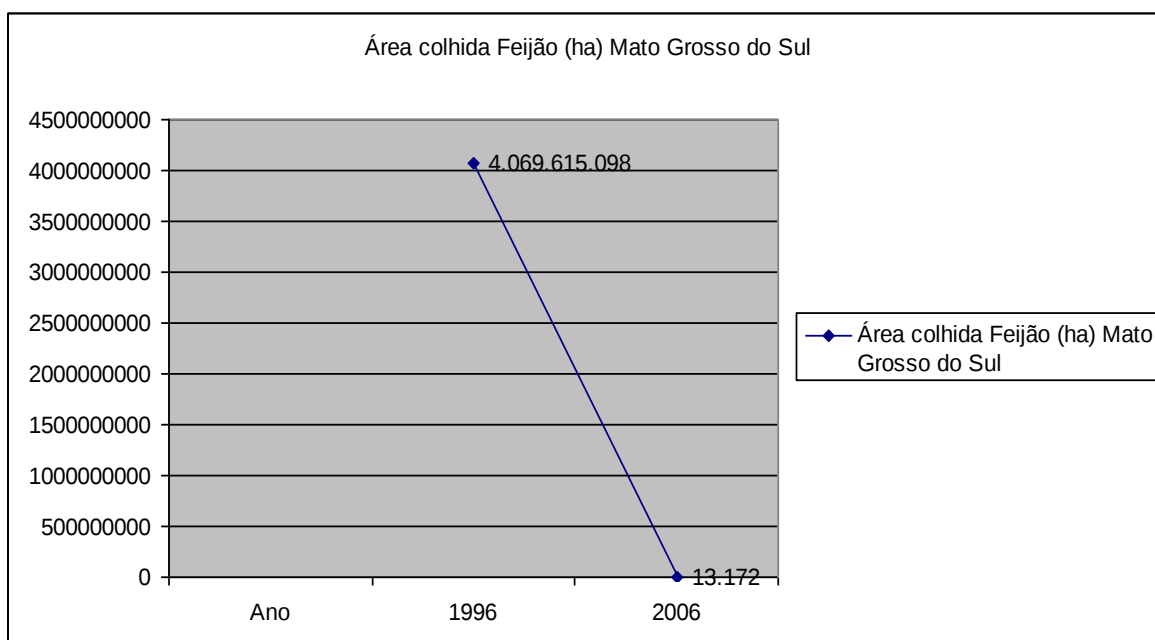


Gráfico nº 3

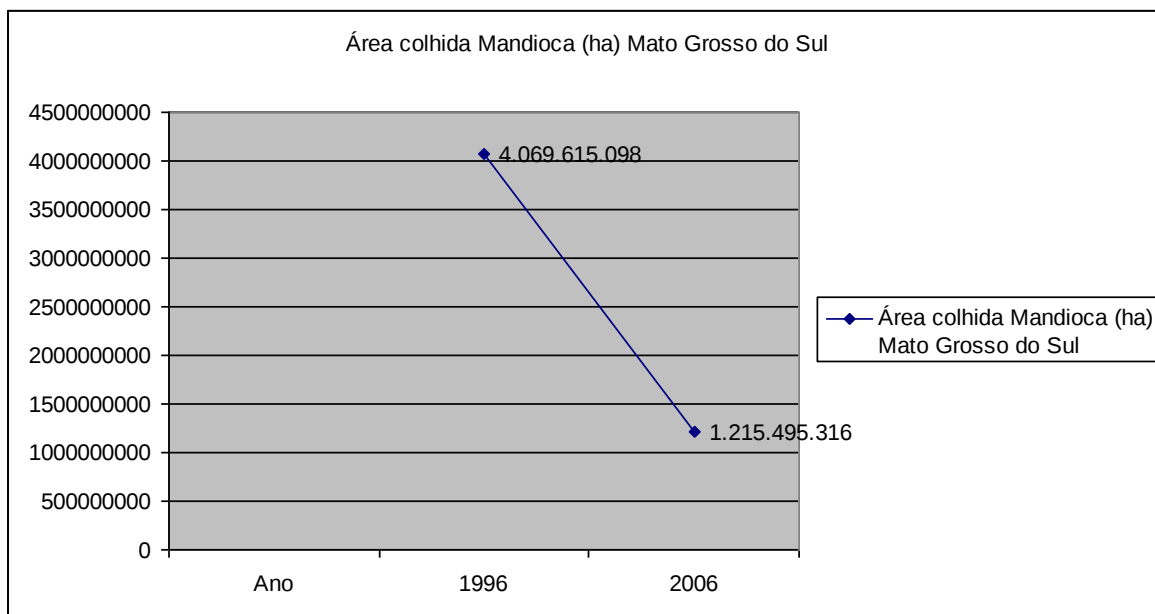


Gráfico nº 4

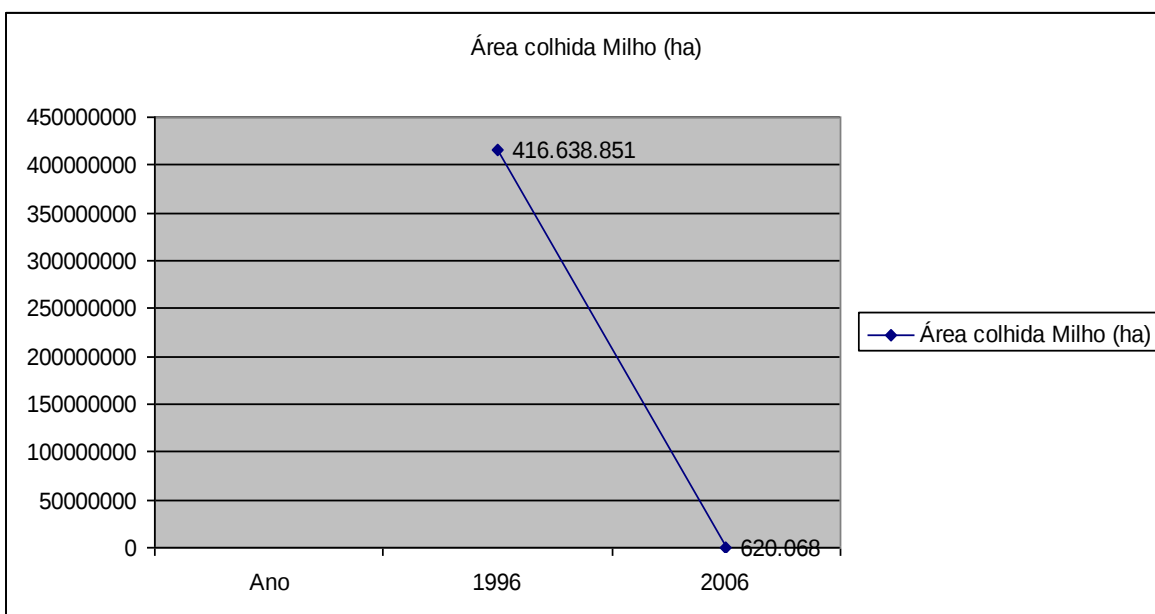


Gráfico nº 5

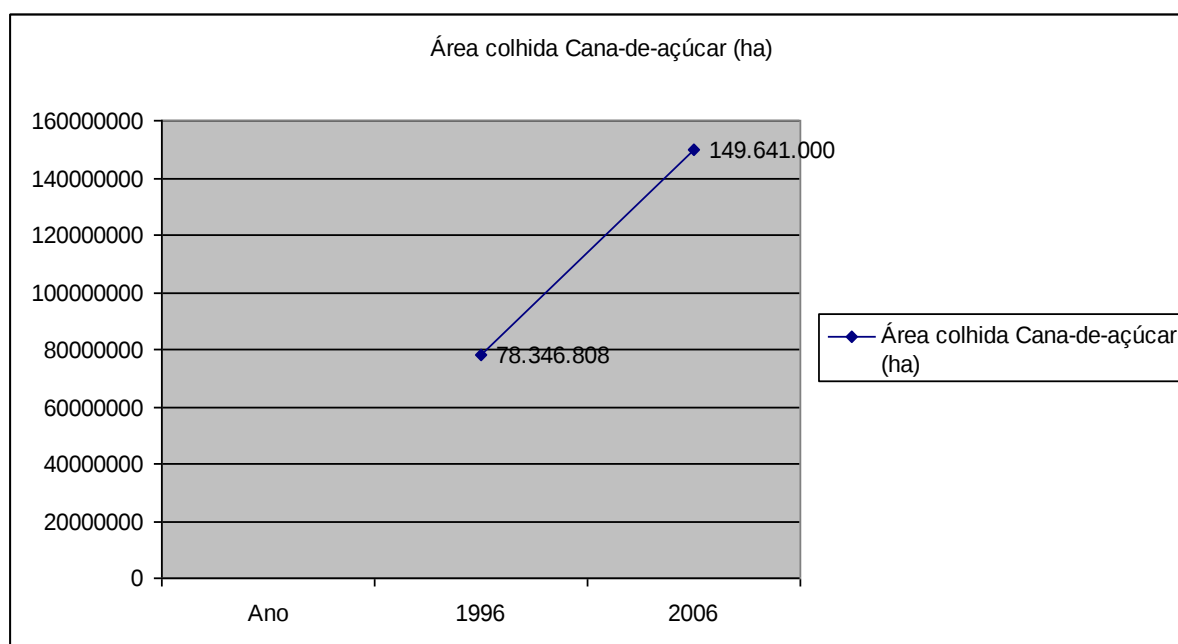
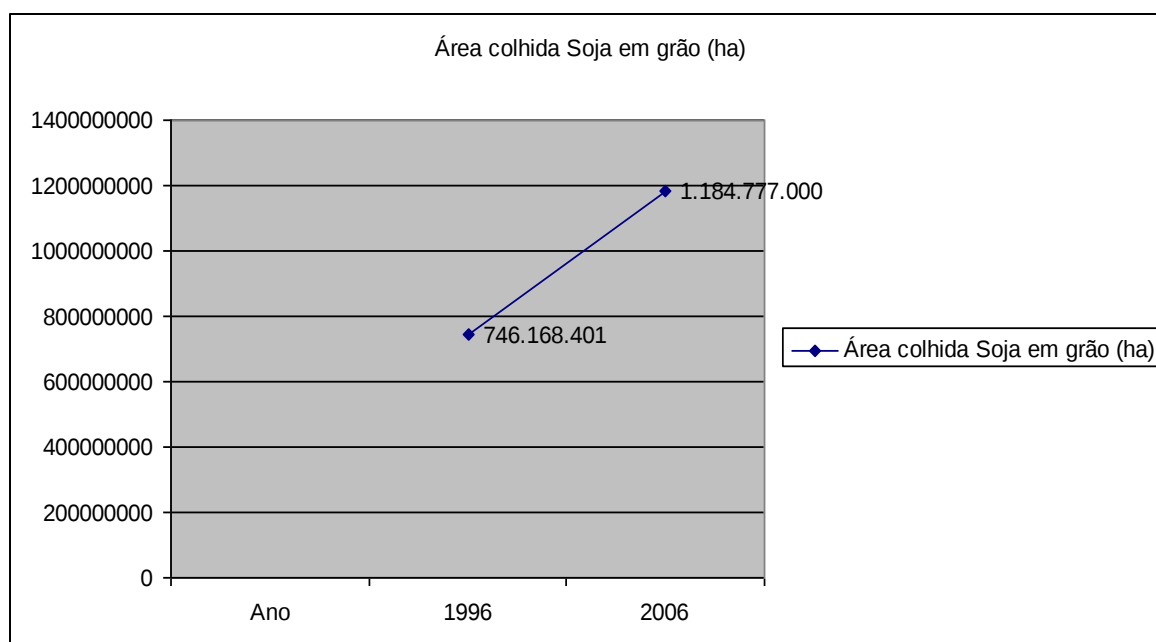


Gráfico nº 6



A tão propagada modernização do campo não se sustenta com os fatos, assim baseado no cadastro do INCRA de 2003, organizados por Oliveira onde o agronegócio se nutre da arcaica malha fundiária, construída a sombra da lei, como demonstra a tabela nº 01

Tabela nº 01

Área Devoluta em Mato Grosso do Sul - INCRA/2003

TOTAL	DEVOLUTA
Área em Hectares	Explícita
35.713.989,85	5.382.581

Melo, D.S Fonte: Oliveira, 2008.

Outro “cancro” por traz da modernidade propagada pelo agronegócio é seu caráter “rentista” como demonstra a tabela nº 2 abaixo,

Tabela nº 02

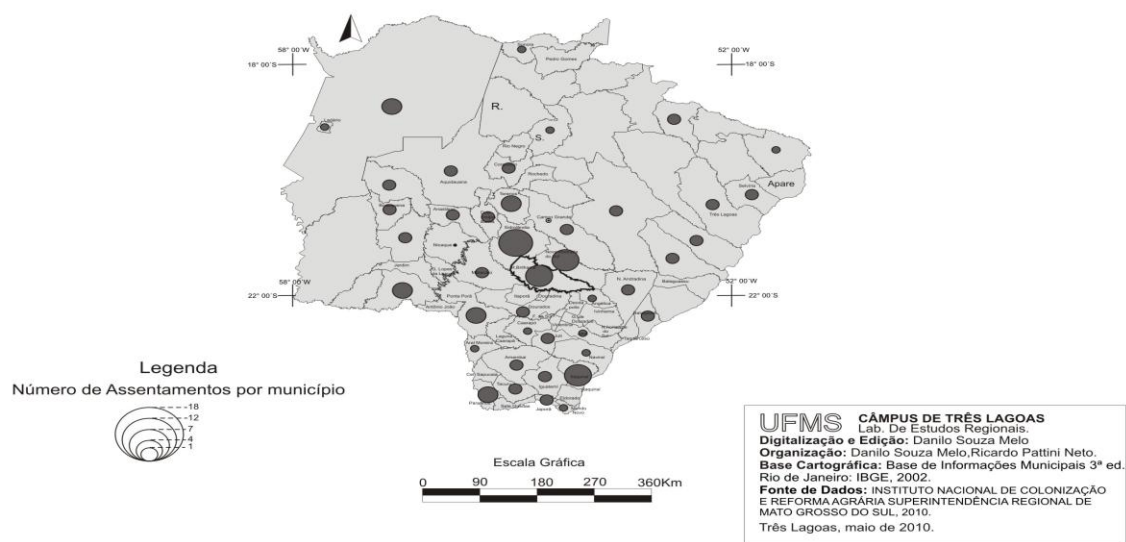
Imóveis e Área Improdutiva - MS - INCRA/2003

TOTAL		IMPRODUTIVO	
Nº Imóveis	Área em Hectares	Nº de Imóveis	Área em Hectares
73.714	36.106.026,50	3.547	8.545.942,20

Melo,D.S Fonte: Oliveira, 2008.

Porém a capitalização do campo construção se constroem sobre institutos contraditórios onde a resistência camponesa se faz presente conforme o mapa abaixo representando o número de assentamentos rurais nos anos de 1984 a 2010.

Mapa - Mato Grosso do Sul- Geografia dos assentamentos Rurais - 1984/2010
Número de Assentamentos por Município



Conclusão

Pautado nas discussões teóricas acima percorridas a situação do Estado de Mato Grosso do Sul são sintomas também sentidos em outras regiões brasileiras, onde a inserção do capital, aliado na intensificação dos ditames neoliberais pós década de noventa tem provocado

novas territorialidades no campo brasileiro bem como sul mato-grossense. Porém focos de resistência camponesa tem sido vislumbrados no espaço sul mato-grossense.

Referências

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. **A geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.113-137.

BIANCHINI, Odaléa da C. Deniz. **A Companhia Mate Laranjeira e a ocupação da terra no sul de Mato Grosso (1880 - 1940)**. UFMS. Campo Grande, 2000.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892 – 1997)**. (tese) FFLCH - USP. São Paulo, 1997.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossense, volume 2º**. Campo Grande: UFMS, 2009.

BOMBARDI, Larissa, M. **A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. in **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 315-337.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. 20ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1979.

FABRINI, João E. **A posse e concentração de terra no sul de mato grosso do sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Editora da UFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial**. in SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.95-120.

JOLY, F. **A Cartografia**. Campinas: Papirus, 1985.

MARTINS, José de S. **Expropriação e Violência**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991

MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. 2ª ed. 1970.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.73-94.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Unicamp, 2008.

SOUZA, J. G. de. KATUTA, Ângela Massumi. **Geografia e conhecimentos cartográficos: A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: Ediora UNESP, 2001.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora Atual, 1997.